

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

## Bancos sob pressão do Plano Brady

por Celso Pinto  
de São Paulo

A resistência dos bancos privados internacionais em aceitar os termos do Plano Brady para o caso teste do México poderá levar a uma situação inédita: o acúmulo de atrasos de pagamentos aos bancos pelos mexicanos com respaldo do governo norte-americano e dos organismos internacionais.

Essa possibilidade, tanto em relação ao México quanto a outros países elegíveis para a recente iniciativa do secretário do Tesouro, Nicholas Brady, tem-se tornado cada vez mais concreta. Atrasos consentidos de pagamentos têm sido um tema aberto de discussões recentes entre os bancos, o Executivo norte-americano e organismos multilaterais.

O primeiro passo nessa direção se deu quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) aceitou fechar um acordo com o México antes mesmo de os bancos concordarem com sua parcela no "pacote". Desde a crise da dívida, em 1982, o Fundo tem evitado assinar acordos com os devedores antes que os bancos privados e os governos através do Clube de Paris aceitem a partilha glo-

bal — uma forma de pressionar os outros atores a concordar. Desta vez, a concordância antecipada do FMI tem um outro significado: serve como um aval ao México na conversa com os bancos e uma advertência aos bancos sobre as consequências de uma eventual negativa.

Encontros reservados recentes em Washington entre banqueiros e altos funcionários de organismos internacionais e da área monetária do governo norte-americano dão uma boa medida da temperatura das discussões. Pelo que apurou este jornal, enquanto qualificados funcionários dos organismos internacionais acenavam abertamente com a possibilidade de o caso do México se transformar num "default" consentido, dada a intransigência dos bancos, os banqueiros acusavam a iniciativa Brady de excesso de leniência.

O argumento central do lado do Fundo e do governo norte-americano é que o México já tem um programa aprovado e em execução. Os bancos, de sua parte, sustentam que o México está superestimando suas necessidades.

(Continua na página 24)

de recursos e a própria capacidade do País de repagar a dívida adicional a mais longo prazo.

Os bancos acham que houve uma exacerbação perigosa de expectativas em relação ao que será possível fazer com o Plano Brady. Na vida real, sustentam os banqueiros, a possibilidade de redução da dívida é um processo muito mais lento e menos ambicioso do que a iniciativa norte-americana tem sugerido.

Um outro ponto em que os banqueiros insistem é nos riscos que os bancos que aceitarem reduzir a dívida substancialmente, com descontos, correm de estar simplesmente melhorando a situação de concorrentes que não o fizerem de imediato. Os "free-riders", ou seja, os bancos que esperarem para ver como o mercado reagirá aos primeiros movimentos de redução da dívida nos marcos do Plano Brady, poderiam, eventualmente, se favorecer, tanto se a cotação dos títulos acabar reagindo positivamente quanto pelo fato óbvio que quanto menor a dívida mais chances de receber em dia os compromissos que ficam.

Nesse sentido, aliás, os organismos internacionais serão por definição "free-riders" em relação aos bancos privados, na medida em que o seu próprio débito não está sujeito a reescalonamento nem reduções. O dinheiro que virá do Banco Mundial (BIRD) e do FMI para ajudar a reduzir a dívida entrará com um empréstimo normal aos países devedores, sujeitos ao pagamento em dia. Quanto maior o alívio proporcionado pelo Plano Brady, maiores as chances do BIRD, do FMI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) receberem em dia.

Hoje, receber em dia não é um ponto pacífico nem mesmo nos organismos multilaterais. No BID, por exemplo, dados recentes indicavam que nada menos do que catorze países latino-americanos estavam com pagamentos em atrasos com a instituição.

O governo norte-americano e os organismos multilaterais têm pressa em obter um resultado na negociação mexicana que justifique a existência do Plano Brady — a esta altura, já olhado com desconfiança tanto do lado devedor quanto credor. O Fundo já avisou aos bancos que não adianta empurrar com a barriga a negociação com o México tentando com isso reduzir o montante de recursos envolvidos: o cálculo das necessidades de dinheiro sempre estará referenciado ao início deste ano. Funcionários do Exe-

cutivo norte-americano têm argumentado que os bancos tiveram um amplo guarda-chuva desde 1982 mas se fortaleceram e agora têm de assumir prejuízos.

Essa forte divergência de posições — talvez a mais acentuada desde o início da crise da dívida — tem, obviamente, preocupado os bancos. Os "chairmen" dos principais bancos, segundo os próprios banqueiros, têm-se envolvido pessoalmente na negociação mexicana de forma extensiva e pouco usual.

Naturalmente, o que está em jogo não é apenas o México. Atrasos consentidos de pagamentos aos bancos privados deverão alastrar-se nos países que mais ostensivamente estão no topo da fila do Plano Brady. Um banqueiro, numa discussão recente, reclamou, por exemplo, que a situação econômica da Venezuela não justificaria atrasos nos seus pagamentos — muito menos tolerância das fontes oficiais com esta situação.

De resto, os atrasos nos pagamentos de juros aos bancos é um fato em quase toda a América Latina, e o Plano Brady pode acabar, mesmo involuntariamente, criando um novo contexto institucional na discussão da dívida externa que sancione esse quadro. O que, numa conversa recente, uma fonte financeira internacional altamente qualificada dizia, com certo cinismo, ser um possível efeito positivo do Plano Brady.

Ao admitir que havia uma distância muito grande entre a intenção da redução da dívida e a prática possível a curto prazo, esta fonte argumentava que a tendência deverá ser de os devedores tentarem resolver os problemas mais urgentes refinanciando à força o pagamento de juros por meio dos atrasos. "A diferença é que a discussão do Plano Brady pode ajudar a colocar em segundo plano a discussão sobre os atrasos", concluía a fonte.

A recente decisão do Citibank de se apropriar de US\$ 80 milhões em recursos equatorianos em decorrência de atrasos de pagamentos indica que os bancos — ou pelo menos alguns deles — não vão aceitar passivamente esta ofensiva. Difícilmente algum banco tomaria uma iniciativa semelhante em relação ao México ou outro país engajado em negociações no Plano Brady, mas ficou registrado o precedente em relação a outros devedores.

E um braço-de-ferro. A rigor, o governo norte-americano ainda dispõe de outra arma para forçar os bancos a cooperarem com o Plano Brady: alterar os regulamentos bancários de forma a tornar oneroso o carregamento de títulos de dívida "velha". A ameaça já apareceu na mesa de negociações.